

ÍNDICE DE PREFERÊNCIA PELOS DESTINOS TURÍSTICOS – REGIÃO NORTE DE PORTUGAL

Paula Odete Fernandes^{*}
e-mail: pof@ipb.pt

Ana Paula Monte^{**}
e-mail: apmonte@ipb.pt

Francisco José Terroso Cepeda^{***}
e-mail: cepeda@ipb.pt

RESUMO

Com este trabalho pretendeu-se avaliar em que medida um determinado local exerce um efeito de preferência ou não, relativamente aos restantes locais e de que modo se comportam os locais perante a evolução do turismo em geral na Região Norte de Portugal. Para tal aplicaram-se os Métodos de Cálculo do Índice de Preferência baseados nas teorias do Sentimento do Investidor e dos Centros de Atração Turística.

Do estudo concluiu-se que, ambos os Índices de Preferência permitem afirmar que os turistas preferem o destino turístico Litoral ao destino turístico Interior. Quando apenas se analisou em termos de turistas estrangeiros e turistas nacionais, verificou-se que os primeiros revelaram uma maior preferência pelo Litoral, enquanto os nacionais centraram as suas preferências no Interior, ou seja, enquanto que o Litoral possui uma menor capacidade de atracção para os nacionais, o mesmo não se verifica para os estrangeiros, pois tem exercido uma atracção significativa sobre os mesmos.

Através da análise da linha de tendência, constatou-se que a série evidencia sinais de tendência decrescente, o que leva a concluir que a procura pelo destino turístico Interior está a aumentar em detrimento do Litoral.

Palavras Chave: Turismo, Dormidas, Hóspedes, Índice de Preferência, Ajustamento Sazonal, Modelo de Regressão Linear.

^{*} *Prof.^a Adjunta do Departamento de Economia e Gestão da Escola Superior de Tecnologia e de Gestão/Instituto Politécnico de Bragança*

^{**} *Assistente de 2º Triénio do Departamento de Economia e Gestão da Escola Superior de Tecnologia e de Gestão/Instituto Politécnico de Bragança.*

^{***} *Professor Coordenador com Agregação - Departamento de Economia e Gestão da Escola Superior de Tecnologia e de Gestão/Instituto Politécnico de Bragança.*

1. INTRODUÇÃO

Portugal desde sempre foi promovido, em termos turísticos, como um país de sol e mar, pelo que as regiões do litoral têm sido as mais preferidas pelos turistas. No entanto, nos últimos anos tem-se vindo a assistir a uma gradual mudança nas atitudes e comportamentos dos turistas (essencialmente nacionais), que associada a um maior investimento promocional de outros destinos turísticos, nomeadamente as regiões do interior, vem conduzindo a uma maior procura destas regiões.

Dado estes factos, procurou-se com este trabalho estudar a tendência da procura turística na Região Norte de Portugal. Como indicador utilizou-se o Índice de Preferência calculado com base nas séries temporais Dormidas¹ e Hóspedes² na Região Norte de Portugal, correspondentes ao período de Janeiro de 1987 a Dezembro de 1998, tendo sido as mesmas construídas com base na informação publicada pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE). Este Índice permite avaliar em que medida um determinado destino turístico exerce um efeito de preferência ou não, relativamente aos restantes destinos turísticos e de que modo estes se comportam perante a evolução do turismo em geral na Região Norte de Portugal.

Desta forma, o trabalho encontra-se estruturado em três blocos: no primeiro apresentam-se alguns conceitos e definições do fenómeno em análise, de seguida desenvolve-se o quadro conceptual dos métodos de cálculo do Índice de Preferência utilizados na aplicação empírica e resultados desta. Por último, faz-se uma síntese das principais conclusões deste estudo.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

A investigação em turismo necessita de definições padronizadas para que se possam uniformizar parâmetros, pois sem essas definições não poderá haver concordância no estudo estatístico. Assim, são necessários dados comparáveis, o que implica que sejam utilizados critérios idênticos na obtenção desses dados.

Dada a diversidade de definições, gerando alguma confusão terminológica, seguidamente apresentam-se alguns conceitos, que já entraram no domínio da linguagem corrente, e que servirão de base no desenvolvimento deste trabalho.

Deve assinalar-se que os conceitos e as definições de significado, natureza, conteúdo e âmbitos de incidência do turismo têm sido tratados por vários autores sob várias perspectivas. No entanto, e dada a natureza deste trabalho, apenas se terá em conta a perspectiva económica.

2.1. DEFINIÇÃO DE TURISTA E TURISMO

O facto de existirem várias definições de turismo, o turismo internacional apresentava sérias dificuldades no que diz respeito à comparação e análise estatística, pelo que a UIOOT³, actual OMT⁴, recomendou a adopção de uma definição uniforme.

A proposta foi apresentada, na Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais, realizada em Roma em 1963, adoptando uma nova palavra, “**visitante**”, definido como “*qualquer pessoa que se desloca a um país, diferente daquele onde tem a sua residência habitual, desde que aí não exerça uma profissão remunerada*” (Cunha; 1997:5), integrando-se nesta definição (Montejano; 1991 e Viegas; 1997):

¹ Entende-se por dormidas a permanência num estabelecimento que fornece alojamento, considerada em relação a cada indivíduo, e por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte.

² Indivíduo que efectua pelo menos, uma dormida num estabelecimento hoteleiro. Ainda que se trate do mesmo estabelecimento, o mesmo indivíduo é contado, no período de referência tantas vezes quantos períodos que nele permanecer (novas inscrições).

³ União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo.

⁴ Organização Mundial de Turismo.

- **Turistas**, visitantes que permaneçam pelo menos 24 horas no país visitado e cujo propósito da visita é prazer, negócios, família, congressos ou seminários;
- **Excursionistas**, visitantes temporários que permaneçam no país visitado menos de 24 horas.

No entanto, esta definição não satisfaz, uma vez que além de ignorar o turismo interno de cada país também não limita o tempo de permanência no local visitado, apenas condiciona que esta seja no mínimo de 24 horas. Assim, para colmatar esta falha, em 1983, a OMT elaborou uma definição de **turismo nacional**, na qual o termo **visitante nacional** designa “*toda a pessoa, qualquer que seja a sua nacionalidade, que reside num país e que se desloca a um lugar situado nesse país e cujo motivo principal da visita é diferente do de aí exercer uma actividade remunerada*”.

De acordo com as definições apresentadas poder-se-á sintetizar o seguinte:

“Visitante, é toda a pessoa que se desloca temporariamente para fora da sua residência habitual, quer seja no seu próprio país ou no estrangeiro, por uma razão que não seja a de aí exercer uma profissão remunerada;

Turista, é todo o visitante temporário que permanece no local visitado mais de 24 horas;

Excursionista, é todo o visitante temporário que permanece menos de 24 horas fora da sua residência habitual”, Cunha (1997:7).

Assim, pelas definições referidas anteriormente, conclui-se que existe uma distinção importante entre visitante e turista, que habitualmente se confundem.

Da mesma forma que existiu dificuldade em definir o conceito de turista, o mesmo aconteceu com o conceito de turismo. Pois, uma vez que as definições que cada um dos países dá a esta actividade não são uniformes, a sua comparação entre os mesmos não é fácil.

De acordo com a declaração de Manila, sobre o Turismo Mundial, em 1980, e citando Quevedo (1999: 57), entende-se que o turismo “*é uma actividade essencial na vida das nações, pelas suas consequências directas para os sectores sociais, culturais, educativos e económicos das sociedades nacionais e para as suas relações internacionais em todo o mundo*”. Desde então e até à actualidade, o turismo tem tido uma evolução no tempo e no espaço, aumentando assim a sua importância nos aspectos social⁵ e económico, sem esquecer as repercussões do tipo político, cultural e ecológico que justificam a necessidade de estabelecer políticas de turismo não só a nível nacional bem como a nível regional.

Tendo em conta o conteúdo e objectivos deste trabalho, importa reter o conceito de turismo sob o ponto de vista económico, considerando que o turismo “*abrange todas as deslocações de pessoas, quaisquer que sejam as suas motivações, que obriguem ao pagamento de prestações e serviços durante a sua deslocação e permanência temporária fora da sua residência habitual superior ao rendimento que, eventualmente, auferam nos locais visitados. O turismo é, assim, uma transferência espacial de poder de compra originada pela deslocação de pessoas: os rendimentos obtidos nas áreas de residência são transferidos pelas pessoas que se deslocam para outros locais onde procedem à aquisição de bens ou serviços*” (Cunha; 1997:9/10).

2.3. CLASSIFICAÇÕES DE TURISMO

Assente os conceitos de turista e turismo, diversas classificações deste se podem fazer, tomando como base as suas causas e influências e atendendo aos factores que intervêm nas deslocações de pessoas.

Assim, foram identificadas as seguintes classificações adoptadas pela OMT (Viegas; 1997 e Montejano; 1991):

- **Turismo interno/doméstico**: resulta das deslocações dos residentes de um determinado país que viajam, unicamente, no interior desse país;

⁵ No aspecto social, o turismo, é um instrumento privilegiado de coesão social, que dá lugar a um melhor conhecimento e compreensão entre os cidadãos.

- **Turismo receptor:** turismo praticado num determinado país por visitantes residentes no estrangeiro;
- **Turismo emissor:** resulta das visitas de residentes de um país a outro ou outros países.

Estes três tipos de turismo podem ser combinados de várias formas, resultando dessas combinações as seguintes categorias de turismo:

- **Turismo interior:** abrange o turismo praticado por residentes de um determinado país que viajam unicamente no interior desse país e por visitantes desse país que residem no estrangeiro, compreendendo o turismo doméstico e receptor;
- **Turismo nacional:** refere-se aos movimentos de residentes de um determinado país que viajam unicamente no interior desse país e por residentes desse país noutros países, compreende o turismo doméstico e o turismo emissor;
- **Turismo internacional:** turismo praticado num determinado país por visitantes residentes no estrangeiro e por residentes desse país noutros países, consiste no turismo receptor e emissor.

3. ÍNDICE DE PREFERÊNCIA PELOS DESTINOS TURÍSTICOS

Após uma breve abordagem de alguns conceitos em matéria de turismo, seguidamente apresentam-se dois Métodos de Cálculo do Índice de Preferência e a sua efectiva aplicação à Região Norte de Portugal⁶. Um tem como base a Teoria dos Centros de Atracção Turística e o outro a Teoria do Sentimento do Investidor, tendo ambos como principal objectivo determinar a tendência ou preferência da procura turística para certos destinos turísticos.

3.1. APRESENTAÇÃO DOS MÉTODOS DE CÁLCULO

Mariotti, citado por Cunha (1997), formulou uma teoria dos centros de atracção turística que admite, como princípio geral, uma preferência da procura para certos locais. Este grau de preferência pode ser expresso através da relação:

$$P = \frac{Ta}{Tp}$$

em que:

Ta = representa o número de turistas, ou hóspedes, chegados a uma determinada localidade durante um ano;

Tp = representa o número global de turistas, ou hóspedes, registados em todos os estabelecimentos do país durante o mesmo período.

Uma outra forma alternativa de medir o grau de preferência tem por base a Teoria do Sentimento do Investidor, formulada por De Long, Shleifer, Summers e Waldmann, em 1990. Esta teoria foi desenvolvida num contexto de finanças empresariais, assumindo que os desfasamentos (desconto/prémio⁷) entre o preço de mercado e o valor patrimonial de um activo existem em resultado do risco adicional enfrentado pelos investidores devido à existência de *noise traders*⁸. Este grupo de investidores, que actuam de forma “quase” irracional, impõem um risco de revenda nos activos que transaccionam devido à incerteza quanto às suas opiniões que irão condicionar as estratégias e a rentabilidade esperada dos investidores racionais e, conseqüentemente, dificultar o ajustamento entre o

⁶ Integra as seguintes NUT's III: Alto Trás-os-Montes; Ave; Cávado; Douro; Entre Douro e Vouga; Grande Porto; Minho Lima e Tâmega.

⁷ Entende-se por desconto a diferença algébrica negativa entre o preço de mercado e o valor patrimonial. Por prémio a diferença algébrica positiva entre o preço de mercado e o valor patrimonial.

⁸ Os *noise traders* são investidores que introduzem “confusão” no mercado, distorcendo o valor de mercado dos activos, baseando-se em sentimentos irracionais (por exemplo por palpites, percepções distorcidas da situação de mercado,...).

preço de mercado e o valor patrimonial. O modelo proposto por aqueles autores tem em consideração que os “*noise traders*” vão induzir um risco adicional na revenda dos activos pelo que o preço de mercado actual desses activos pode divergir do seu valor patrimonial líquido, em função do optimismo/pessimismo desses investidores.

Este modelo foi testado nos Fundos de Investimento Fechados, por vários autores, e segundo a teoria, se os *noise traders* estão optimistas procurarão mais acções dos fundos de investimento fechados do que em média, elevando o preço das suas acções e consequentemente o desconto⁹ diminuirá; quando estão mais pessimistas, a procura das acções diminuirá, pelo que a pressão sob o preço de mercado será menor, logo o desconto aumenta.

Por analogia e aplicando a Teoria do Sentimento do Investidor ao turismo, poder-se-á avaliar em que medida um determinado lugar exerce um efeito de preferência ou não, relativamente às restantes e de que modo se comportam as zonas perante a evolução do turismo em geral do país, zonas promocionais, regiões, etc.

Assim sendo, o Índice de Preferência, baseado na Teoria do Sentimento do Investidor, vem dado por:

$$S = \frac{PM_i}{PM_j}, \text{ sendo } i, j \text{ os destinos turísticos e } PM_{i,j} \text{ a permanência média no destino turístico}(i, j),$$

dada pela relação:

$$PM_{i,j} = \frac{N^\circ \text{ de Dormidas Totais}_{i,j}}{N^\circ \text{ de Hóspedes}_{i,j}}$$

Assim,

se $S = 1$, ambos os destinos têm igual preferência;

se $S > 1$, o destino i é preferido ao destino j , ou seja, os turistas estarão mais optimistas relativamente ao destino i que o j (valorizam mais a região i);

se $S < 1$, o destino j é preferido ao destino i , ou seja, os turistas estarão mais pessimistas relativamente ao destino i que o j (valorizam mais a região j).

3.2. ÍNDICE DE PREFERÊNCIA - REGIÃO NORTE DE PORTUGAL

No ponto anterior foi apresentada a metodologia a aplicar para o cálculo dos Índices de Preferência (S) e (P), tendo-se dividido o território em dois destinos turísticos: Litoral¹⁰ e Interior¹¹.

O Quadro 1 salienta, para os diferentes anos e para ambos os Índices de Preferência, a preferência dos turistas pelo Litoral, pois o indicador apresenta valores superiores à unidade, condição necessária para se afirmar que os turistas preferem o destino turístico $i = \text{Litoral}$ ao destino turístico $j = \text{Interior}$. Desta análise pode dizer-se que a distribuição espacial do turismo português, na Região Norte de Portugal, em termos de procura, revela nítidas assimetrias e desequilíbrios a que não é alheio o facto de o turismo se ter baseado, essencialmente, no aproveitamento dos factores naturais que respondem à procura do sol e mar.

No entanto, é de realçar o facto de os estrangeiros revelarem uma maior preferência pelo Litoral, enquanto os nacionais centram as suas preferências no Interior, ou seja, enquanto que o Litoral possui

⁹ Verificando-se o inverso caso estejamos em presença de prémio. Ou seja, se os *noise traders* estão optimistas, haverá maior procura das acções desse activo pressionando em alta o seu preço de mercado, fazendo com que o prémio aumente.

¹⁰ O Litoral inclui as NUT's III: Ave, Cávado, Entre Douro e Vouga, Grande Porto, Minho Lima e Tâmega.

¹¹ O Interior as NUT's III: Alto Trás-os-Montes e Douro.

uma reduzida capacidade de atracção para os nacionais, o mesmo não se verifica para os estrangeiros, pois tem exercido uma atracção significativa sobre os mesmos.

Quadro 1 – Índices de Preferência – Região Norte de Portugal.

Anos	Índice de Preferência (S)			Índice de Preferência (P)					
				Turistas		Litoral		Interior	
	Total de Turistas	Turistas Estrangeiros	Turistas Nacionais	Litoral	Interior	Turistas Estrangeiros	Turistas Nacionais	Turistas Estrangeiros	Turistas Nacionais
1987	1,28	1,78	0,48	0,8443	0,156	0,3885	0,6115	0,1830	0,8170
1988	1,31	1,74	0,44	0,8337	0,166	0,3669	0,6331	0,1603	0,8397
1989	1,31	1,72	0,49	0,8337	0,166	0,3932	0,6068	0,1686	0,8314
1990	1,36	1,65	0,50	0,8376	0,162	0,3937	0,6063	0,1714	0,8286
1991	1,36	1,68	0,50	0,8297	0,170	0,4026	0,5974	0,1774	0,8226
1992	1,26	1,58	0,47	0,8348	0,165	0,3815	0,6185	0,1575	0,8425
1993	1,26	1,84	0,48	0,8359	0,164	0,3843	0,6157	0,1398	0,8602
1994	1,38	1,67	0,46	0,8424	0,158	0,3929	0,6071	0,1260	0,8740
1995	1,23	1,53	0,43	0,8487	0,151	0,3783	0,6217	0,1087	0,8913
1996	1,25	1,51	0,44	0,8469	0,153	0,3702	0,6298	0,1159	0,8841
1997	1,29	1,47	0,50	0,8440	0,156	0,3940	0,6060	0,1164	0,8836
1998	1,26	1,48	0,41	0,8555	0,145	0,3821	0,6179	0,1358	0,8642

Fonte: Elaboração Própria e tratamento dos dados pelos autores.

A Fig. 1 mostra a evolução da Permanência Média¹² dos turistas nacionais e estrangeiros na Região Norte de Portugal, confirmando-se a preferência pelo Litoral dos estrangeiros, dado permanecerem mais dias do que no Interior. No Interior registaram-se elevadas permanências médias por parte dos nacionais.

Dado que a permanência média está intimamente relacionada com o volume das correntes turísticas (à medida que aumenta o número de turistas que visita uma região diminui a duração da permanência média), muitas vezes as causas da diminuição da permanência média residem, por exemplo, no aumento das viagens de longa distância, na fragmentação dos períodos de férias¹³ e no facto de o aumento do custo dos serviços fazer com que o consumidor turístico procure maximizar a sua satisfação com estadas mais curtas ou, ainda, na perda de qualidade de alguns destinos turísticos.

¹² Indica quantos dias permanece, em média, cada turista (nacional/estrangeiro) no território nacional,

ou seja: $PM_{i,j} = \frac{N^{\circ} \text{ de Dormidas Totais}_{i,j}}{N^{\circ} \text{ de Hóspedes}_{i,j}}$.

¹³ Os turistas têm vindo a preferir fazer viagens mais vezes ao ano mas de menor duração de cada vez.

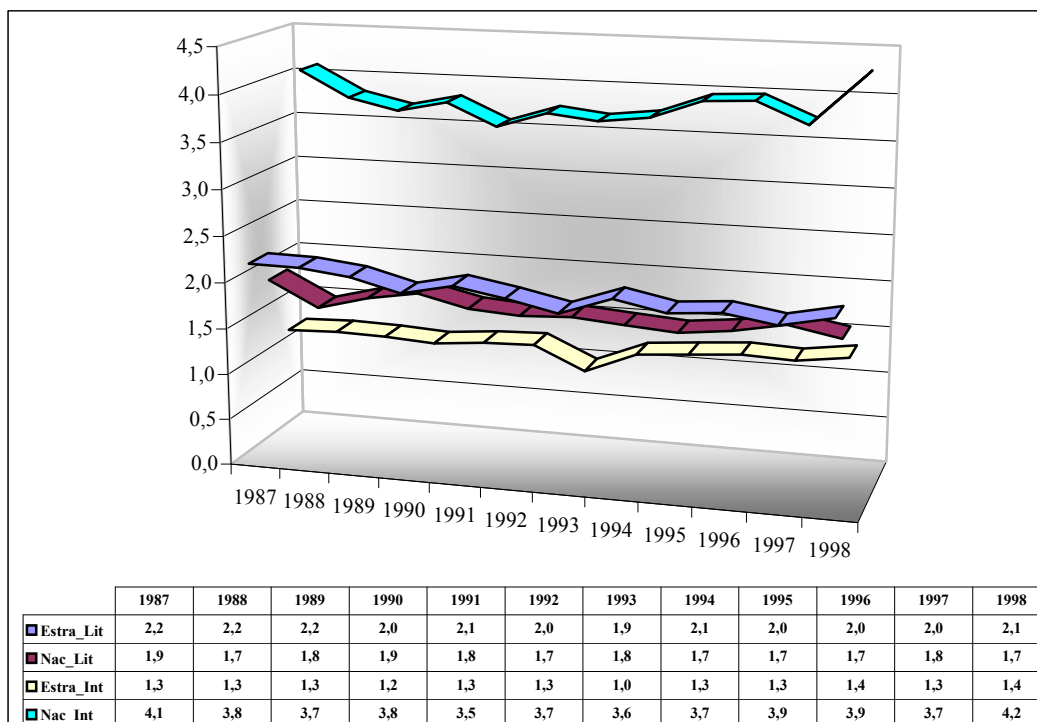


Fig. 1 – Evolução da Permanência Média – Nacionais e Estrangeiros.

3.3. ANÁLISE DA TENDÊNCIA DO ÍNDICE DE PREFERÊNCIA

Para analisar a tendência teve-se como base o modelo de regressão linear, em que a variável explicada foi o Índice de Preferência (S) – Total de Turistas, correspondendo ao período de Janeiro de 1987 a Dezembro de 1998 e a variável tempo como variável explicativa da procura do destino turístico. Alterações na tendência estão normalmente associadas às mudanças de preferências, a uma certa saturação do destino em causa ou no cansaço dos potenciais turistas.

Depois de suavizada, através do método das médias móveis de ordem 12 (ver gráfico 1, em anexo), efectuou-se um ajustamento sazonal com base num modelo aditivo¹⁴, obtendo-se a série sem sazonalidade.

De seguida estimou-se a equação da linha de tendência (ver Quadro 2, em anexo), para a qual se utilizou o modelo de regressão linear simples, tendo-se obtido os seguintes resultados:

$$S = 1,37225 - 0,00075 \times Tempo$$

O que se pode concluir que a tendência é decrescente dado o declive da recta obtida ser negativo, como também se pode confirmar pela análise da Fig.2.

¹⁴ Optou-se por este modelo, uma vez que as oscilações são mais ou menos estáveis em torno da tendência.

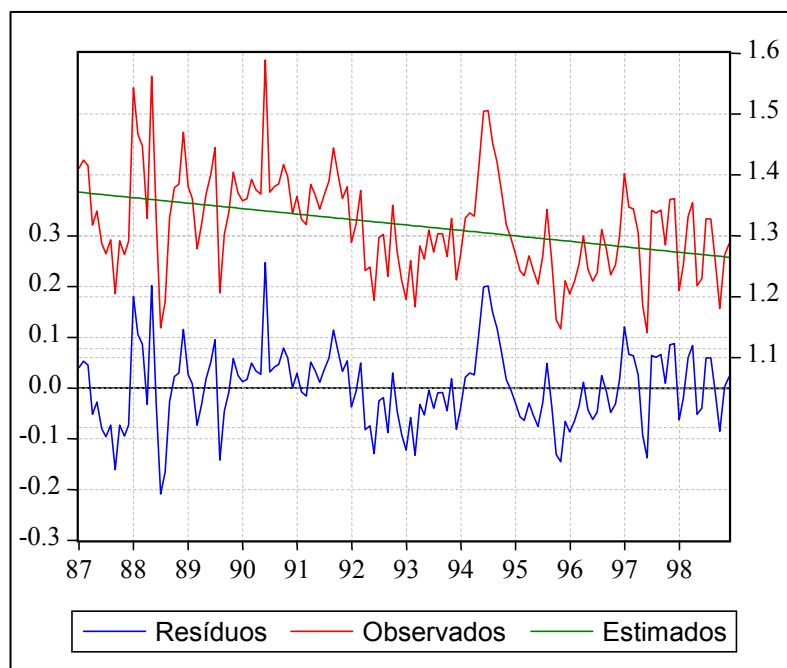


Fig. 2 – Evolução da Tendência com Ajustamento Sazonal do Índice de Preferência.

Deste modo, a tendência é para uma gradual diminuição do Índice de Preferência, o que se traduzirá no aumento da procura turística pelo interior em detrimento do litoral.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objectivo avaliar em que medida um determinado destino turístico exerce um efeito de preferência ou não, relativamente aos restantes destinos turísticos e de que modo estes se comportam perante a evolução do turismo em geral na Região Norte de Portugal.

De toda a apreciação efectuada conclui-se que:

- ambos os Índices de Preferência permitem afirmar que os turistas preferem o destino turístico Litoral ao destino turístico Interior;
- quando apenas se analisou em termos de turistas estrangeiros e turistas nacionais, verificou-se que os primeiros revelaram uma maior preferência pelo Litoral, enquanto os nacionais centraram as suas preferências no Interior;
- através da análise da linha de tendência, constatou-se a existência de tendência decrescente, o que leva a concluir que a procura pelo destino turístico Interior está a aumentar em detrimento do Litoral.

Neste trabalho, porém, não se analisou o comportamento do Índice de Preferência para os turistas estrangeiros e nacionais bem como a comparação inter-NUT's III, aprofundando-se assim, mais este estudo, o que poderá constituir uma via de investigação futura. Uma outra questão que poderá ser tratada prende-se com a identificação do modelo que melhor se ajuste à série dos dados observados, de modo a permitir efectuar previsões acerca da evolução deste indicador.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUNHA, Licínio; (1997); “*Economia e Política do Turismo*”; Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda.
- DE LONG, Bradford; Shleifer, Andrei; Summers, Lawrence; Waldmann, Robert; (1990); “Noise Trader Risk in Financial Markets”; *In Journal of Political Economy*; 98; August; pp. 703/738.
- INE; Anuários Estatísticos do Turismo de 1987 a 1998; Lisboa.

- MONTEJANO, Jordi M.; (1991); “*Estructura del Mercado Turístico*”; Editorial Sintesis, S.A.; Madrid.
- QUEVEDO, José; (1998); “La Información Estadística para el Análisis del Turismo”; *Estudios Turísticos*; nº140; pp.57/66.
- VIEGAS, M^a M. V. de Arrais; (1997); “As Estatísticas do Turismo e a Uniformização de Conceitos”; *INE*; Lisboa.

ANEXO

Quadro 1 – Permanência Média.

Ano	Litoral	Interior
1987	2,05	1,60
1988	1,87	1,43
1989	1,94	1,49
1990	1,95	1,43
1991	1,92	1,41
1992	1,85	1,47
1993	1,82	1,45
1994	1,87	1,35
1995	1,80	1,46
1996	1,85	1,49
1997	1,89	1,47
1998	1,87	1,48

Fonte: Elaboração Própria e tratamento dos dados pelos autores.

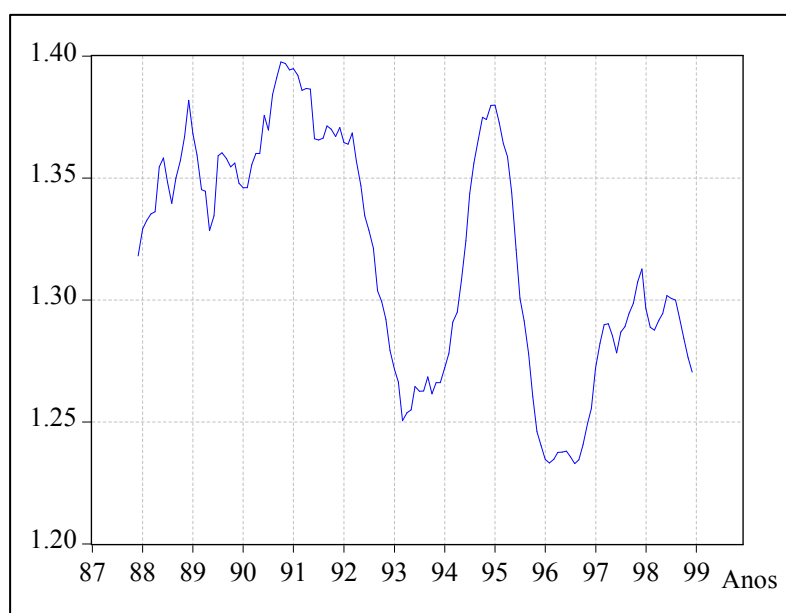


Fig. 1 – Gráfico das Médias Móveis, de Ordem 12, do Índice de Preferência.

Quadro 2 – Estimação da Tendência.

Dependent Variable: S Method: Least Squares		Sample: 1987:01 1998:12 Included observations: 144		
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	1.372248	0.013041	105.2249	0.0000
Tempo	-0.000747	0.000156	-4.789503	0.0000
R-squared	0.139077	Mean dependent var		1.318062
Adjusted R-squared	0.133015	S.D. dependent var		0.083598
S.E. of regression	0.077839	Akaike info criterion		-2.254547
Sum squared resid	0.860374	Schwarz criterion		-2.213299
Log likelihood	164.3274	F-statistic		22.93934
Durbin-Watson stat	0.989304	Prob(F-statistic)		0.000004

Fonte: *Output* do Programa Econométrico – EViews 3.1.